

Rumo Malha Central S/A - RMC

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Central S.A.
Anápolis – GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os

resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão e arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado e direito de uso, determinados ativos diretamente relacionados às operações e às concessões da Companhia, incluindo arrendamentos operacionais e de capital, via permanente, obras em andamento, direito de uso de concessão e infraestrutura ferroviária, que somam R\$3.708.807 mil, e que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão e arrendamentos.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão e nos arrendamentos é parte essencial para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e arrendamento, bem como a definição da vida útil, são passíveis de julgamento por parte da Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$ 879.601 mil de adições a esses ativos de infraestrutura e arrendamentos.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação dos gastos com infraestrutura e arrendamentos, e da magnitude dos montantes envolvidos sobre o total do ativo e dos compromissos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura e arrendamentos, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras e de inspeção física; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo imobilizado, intangível e direito de uso (arrendamentos), observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão e arrendamentos preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.7, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 15 de maio de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Central – Rumo Malha Central S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Por iniciar as operações em julho de 2019, a Rumo Malha Central não contém saldos comparativos à 2018.

Resultado (Valores em R\$ MM)	12M20	12M19	Var. %
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(37,9)	(27,4)	38,3%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(99,1)	(40,5)	144,7%
Depreciação e Amortização	98,1	40,5	142,2%
EBITDA	- 38,9	- 27,4	42,0%
Resultado Financeiro Líquido	(250,9)	(115,8)	116,7%
Imposto de renda e contribuição social	131,9	62,4	111,4%
Prejuízo Líquido	(256,0)	(121,3)	111,0%

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, motivo pelo qual não gerou receita no período. As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se basicamente a rateios de gastos compartilhados entre empresas do grupo. A depreciação dos ativos de direito de uso está sendo apresentada em “Outras despesas operacionais” enquanto a empresa não está gerando receitas, por estar em fase pré-operacional. O resultado financeiro do período refere-se principalmente a despesas financeiras advindas dos passivos de arrendamento registrados de acordo com o IFRS 16 em julho de 2019. O EBITDA foi negativo de R\$ 38,9 milhões e a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 256,0 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Rumo Malha Central S.A.

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	402.775	1.945
Títulos e valores mobiliários	5.3	704.470	149.251
Estoques		1.440	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.601	584
Outros tributos a recuperar		1.124	-
Adiantamento a fornecedores		8.275	-
Outros ativos		5.856	4.415
Ativo circulante		1.126.541	156.195
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.8	194.371	62.467
Outros tributos a recuperar		36	-
Direito de uso	5.7.2	2.833.355	2.876.265
Imobilizado	5.7.1	887.547	12.095
Ativo não circulante		3.915.309	2.950.827
Total do ativo		5.041.850	3.107.022

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.4	207.970	-
Passivos de arrendamento	5.5	-	282.944
Fornecedores	5.6	146.234	37.160
Ordenados e salários a pagar		2.347	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		113	-
Outros tributos a pagar		9.484	99
Pagáveis a partes relacionadas	4.4	41.130	-
Outros passivos financeiros	3.1.c	20.426	-
Passivo circulante		427.704	320.203
Empréstimos e financiamentos	5.4	238.006	-
Passivo de arrendamento	5.5	491.354	2.445.986
Pagáveis a partes relacionadas	4.4	1.000.000	-
Outras contas a pagar		12.095	12.093
Passivo não circulante		1.741.455	2.458.079
Total do passivo		2.169.159	2.778.282
Patrimônio líquido	5.9		
Capital social		3.250.000	450.000
Prejuízos acumulados		-377.309	-121.260
Total do patrimônio líquido		2.872.691	328.740
Total do passivo e passivo a patrimônio líquido		5.041.850	3.107.022

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas	6.1	-37.909	-27.337
Outras despesas operacionais, líquidas	6.2	-99.095	-40.544
Despesas operacionais		-137.004	-67.881
Despesas financeiras		-260.019	-118.446
Receitas financeiras		9.070	2.600
Resultado financeiro líquido	6.3	-250.949	-115.846
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-387.953	-183.727
Imposto de renda e contribuição social	5.8		
Diferido		131.904	62.467
		131.904	62.467
Resultado do exercício		-256.049	-121.260
Resultado por ação básico e diluído:	6.4	-0,13066	-0,67685

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	450.000	-121.260	328.740
Resultado do exercício	-	-256.049	-256.049
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-256.049	-256.049
Contribuição e distribuições dos acionistas			
Aumento de capital	2.800.000	-	2.800.000
Total das transações com e para acionistas	2.800.000	-	2.800.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.250.000	-377.309	2.872.691

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia	450.000	-	450.000
Resultado do exercício	-	-121.260	-121.260
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-121.260	-121.260
Saldo em 31 de dezembro de 2019	450.000	-121.260	328.740

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-387.953	-183.727
Ajustes para:		
Amortização	98.169	40.544
Juros e variações monetárias	254.112	117.437
Outros	228	-
	-35.444	-25.746
Varição em:		
Outros tributos, líquidos	3.234	-597
Fornecedores	38.363	37.160
Adiantamentos a fornecedores	-23.475	-
Outros passivos financeiros	7.316	-
Outros ativos e passivos, líquidos	-1.372	-4.417
	24.066	32.146
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de operacionais	-11.378	6.400
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	-549.689	-148.250
Adições ao imobilizado	-769.295	-12.031
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-1.318.984	-160.281
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, financiamentos	436.640	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-3.913	-
Amortização de principal de passivos de arrendamento	-2.277.682	-199.537
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	-223.853	-94.637
Integralização de capital	2.800.000	450.000
Captações de mútuo	1.000.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.731.192	155.826
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	400.830	1.945
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.945	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	402.775	1.945

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções		
Outras receitas operacionais, líquidas		
Ganhos (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa		
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
Perda por valor recuperável de ativos		
Valor adicionado bruto		
Retenções		
Depreciação e amortização		
Valor adicionado líquido produzido		
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras		
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta		
Benefícios		
FGTS		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais		
Estaduais		
Municipais		

Remuneração de capitais de terceiros

Juros

Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão

Remuneração de capitais próprios

Resultado do exercício

The table consists of a grey shaded rectangular area on the left and two horizontal lines on the right. The top horizontal line is aligned with the 'Remuneração de capitais de terceiros' section, and the bottom horizontal line is aligned with the 'Resultado do exercício' item.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Central S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Central”) é uma sociedade por ações brasileira, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados de Tocantins, Goiás e São Paulo.

A Companhia é uma controlada direta e integral da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”). A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Em 28 de março de 2019 a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”) conduziu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, vencida pela Rumo.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de ser a operadora do contrato decorrente da Licitação: a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

O contrato de subconcessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019, portanto, com término em maio de 2049, sem direito à prorrogação.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de subconcessão. Na fase pré-operacional em que a Companhia se encontra, se destacam os investimentos com prazo determinado (um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573, em 31 de dezembro de 2020, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 56%. Grande parte destes investimentos são os necessários para a conclusão da infraestrutura ferroviária prevista no projeto, que conectará a ferrovia da Companhia ao trecho da Malha Paulista, permitindo o fluxo de produtos para o porto de Santos, bem como produtos industrializados provenientes do Sudeste. Esta interligação é determinante para o início das operações da Companhia.

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia se encontra em fase pré-operacional. Nesse período serão executadas as obras necessárias para a conclusão da infraestrutura ferroviária. A Companhia apresentou um prejuízo do exercício de R\$ 256.049.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada pela Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de março de 2021.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.5 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.8 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	704.470	149.251	704.470	149.251
Total	704.470	149.251	704.470	149.251

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, pagáveis a partes relacionadas, arrendamentos.	(iii) Análise de Sensibilidade	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, pagáveis a partes relacionadas, contas a pagar a Fornecedores, arrendamentos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	4.632	5.790	6.948	3.474	2.316
Títulos e valores mobiliários	15.732	19.664	23.597	11.799	7.866
Empréstimos, financiamentos e mútuos	(28.888)	(32.058)	(35.227)	(25.719)	(22.550)
Pagáveis a partes relacionadas	(44.093)	(49.677)	(55.260)	(38.510)	(32.927)
Passivo de arrendamento	(54.191)	(54.191)	(54.191)	(54.191)	(54.191)
Outros passivos financeiros	(901)	(1.015)	(1.129)	(787)	(673)
Impactos no resultado do exercício	(107.709)	(111.487)	(115.262)	(103.934)	(100.159)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	402.775	1.945
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	704.470	149.251
	1.107.245	151.196

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
AA	200.687
AAA	906.558
Total	<u>1.107.245</u>

O risco de crédito de clientes deve ser administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito deverão ser estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável deve ser analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores deve ser agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável deve ser avaliada coletivamente. O cálculo deve ser baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes::

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(208.206)	-	(25.800)	(212.706)	(446.712)	(51.778)
Pagáveis a partes relacionadas	(41.139)	-	-	(1.000.000)	(1.041.139)	-
Fornecedores	(146.234)	-	-	-	(146.234)	(41.023)
Outros passivos financeiros (i)	(20.426)	-	-	-	(20.426)	(2.046)
Passivo de arrendamento	-	-	-	(4.248.492)	(4.248.492)	-
	(416.005)	-	(25.800)	(5.461.198)	(5.903.003)	(94.847)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 20.426 . Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 3% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido sua obras pré-operacionais, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente das obras pré-operacionais e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia;
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As atividades pré-operacionais da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No que se refere às obras em andamento que estão sendo realizadas pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os colaboradores.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia não vem interrompendo as obras pré-operacionais da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições trazidas pela pandemia e que podem impactar os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19. Todavia, devido a fase pré-operacional esses efeitos não geram impactos significativos na Companhia.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de “A”. Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

4.2 Antecipação de pagamento de outorgas das concessões

Considerando o custo financeiro dos contratos (IPCA + 11,04% a.a. de juros implícitos) em 15 de setembro de 2020, a Companhia, efetuou o pagamento antecipado de 59 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.276.734, conforme requerido na Carta nº 969/GREG/2020 e Carta nº 968/GREG/2020 à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

4.3 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Outras contas a receber		
Rumo Malha Norte S.A.	37	-
Ativo circulante	37	-
Total do ativo	37	-

	31/12/2020	31/12/2019
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Malha Norte S.A.	35.710	20.998
Rumo Malha Sul S.A.	1.867	631
Rumo Malha Paulista S.A.	3.642	2.318
Rumo S.A.	3.882	3.510
Raízen Combustível S.A.	1.111	-
Outros	566	301
	46.778	27.758
Mútuos ⁽ⁱ⁾		
Rumo S.A.	41.130	-
	41.130	-
Passivo circulante	87.908	27.758
Mútuos ⁽ⁱ⁾		
Rumo S.A.	1.000.000	-
	1.000.000	-
Passivo não circulante	1.000.000	-
Total do passivo	1.087.908	27.758

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(22)	-
Rumo Malha Paulista S.A.	(520)	-
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(10.975)	-
Rumo Malha Sul S.A.	(25)	-
	(11.542)	-
Despesa compartilhadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Rumo Malha Sul S.A.	(26)	(631)
Rumo Malha Norte S.A.	(14.705)	(23.302)
Rumo Malha Paulista S.A.	(1.278)	(1.323)
Rumo S.A.	(373)	(1.791)
Elevações Portuárias S.A	(41)	(121)
	(16.423)	(27.168)
Resultado financeiro		
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	41.130	-
	41.130	-

- (i) Mútuo captado junto a Controladora Rumo S.A. em 02 de outubro de 2020, com objetivo de reforçar o capital de giro e auxiliar no cumprimento das obrigações junto a fornecedores, com pagamentos de juros semestrais, sendo o saldo devedor reajustado pelo IPCA + 7% a.a. e liquidação de principal em três parcelas anuais a partir de 1 de outubro e 2028.

- (ii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.
- (iii) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	<u>33.832</u>	<u>29.607</u>

4.5 Eventos subsequentes

Em 04 de março de 2021, teve início as operações da Companhia com as inaugurações do trecho ferroviário entre São Simão (GO) e Estrela D'Oeste (SP) ligando o estado de Goiás ao porto de Santos e do Terminal Rodoferroviário de São Simão

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	704.470	149.251
	704.470	149.251
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	402.775	1.945
	402.775	1.945
Total	1.107.245	151.196
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	445.976	-
Passivo de arrendamento	491.354	2.728.930
Fornecedores	146.234	37.160
Pagáveis a partes relacionadas	1.041.130	-
Outros passivos financeiros	20.426	-
	2.145.120	2.766.090
Total	2.145.120	2.766.090

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	200.690	556
Aplicações financeiras	202.085	1.389
	402.775	1.945

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	202.085	1.389
	202.085	1.389

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	644.167	104.252
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	56.534	1.000
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.769	43.999
	<u>704.470</u>	<u>149.251</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

5.4 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2020	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
CCB	IPCA +	5,31%	239.067	jan/2048	Aquisição
Loan 4131	CDI	4,60%	206.909	abr/2021	Aquisição
Total			445.976		
Circulante			207.970		
Não circulante			238.006		
			445.976		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020
13 a 24 meses	-
25 a 36 meses	7.372
37 a 48 meses	8.045
49 a 60 meses	10.382
61 a 72 meses	10.382
73 a 84 meses	10.382
85 a 96 meses	10.382
Acima de 97 meses	181.061
	238.006

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2020
Reais (R\$)	445.976
Total	445.976

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	-
Captações	436.640
Pagamento de juros	(3.913)
Atualização de juros e variação monetária	13.249
Saldo em 31 de dezembro de 2020	445.976

a) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,3x$ em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.3.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.5 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Operacional - Concessões
Registros inicial de subconcessão	2.904.778
Apropriação de juros	118.326
Pagamento de principal	(199.537)
Pagamento de juros	(94.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.728.930
Apropriação de juros	212.849
Reajuste contratual	51.110
Pagamento de principal ⁽ⁱ⁾	(2.277.682)
Pagamento de juros	(223.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	491.354

- (i) As amortizações de principal em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 2.276.734 relativo à antecipação dos pagamentos da concessão (Nota 4.2).

A Companhia utilizou a taxa implícita do contrato, de 11,04% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	145.141	37.160
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.093	-
Total	146.234	37.160
Fornecedores	99.456	9.402
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.4)	46.778	27.758
	146.234	37.160

5.7 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment*. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração a premissa relacionada a unidade geradora de caixa, tais como: geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto os impactos do COVID mencionados na Nota 4.1, não foram identificados outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais

5.7.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Vias permanentes

3% - 4%

a) Reconciliação do valor contábil

	Terrenos	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Total
Valor de custo:				
Adições	12.095	-	-	12.095
Saldo em 01 de janeiro de 2020	12.095	-	-	12.095
Adições	-	-	875.452	875.452
Transferências	-	143	(143)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.095	143	875.309	887.547
Saldo em 01 de janeiro de 2020	12.095	-	-	12.095
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.095	143	875.309	887.547

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

b) Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 10.632, em 31 de dezembro de 2019, não houve custos de empréstimos capitalizados.

5.7.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

a) Reconciliação do valor contábil

	Infraestrutura ferroviária
Valor de custo:	
Registro inicial do contrato de concessão	2.904.778
Adições – Custos de obtenção do contrato	12.031
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.916.809
Adições	4.149
Reajuste contratual	51.110
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.972.068
Amortização:	
Adições	(40.544)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(40.544)
Adições	(98.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(138.713)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.876.265
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.833.355

5.8 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. **Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(387.953)	(183.727)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	131.904	62.467
Taxa efetiva	34,00%	34,00%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Passivo de arrendamento	-	3.310
Despesas diferidas	194.372	59.157
Tributos diferidos - Ativos	<u>194.372</u>	<u>62.467</u>

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos observados da pandemia de COVID-19, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020:

	Diferido ativo
2022	38.874
2023	38.874
2024	38.874
2025	38.874
2026	38.874
Total	<u>194.370</u>

d) Movimentações no imposto diferido

Resultado	62.467
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>62.467</u>
Resultado	131.904
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>194.371</u>

5.9 Patrimônio Líquido

Política contábil:

Capital social

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.8 - Imposto de renda e contribuição social.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.250.000 (R\$ 450.000 em 31 de dezembro de 2019), constituído por 4.470.908.744 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (658.298.463 ações em 31 de dezembro de 2019). As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Rumo S.A.	4.470.908.744	100%

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(2.339)	-
Despesa com pessoal	(14.930)	(9.413)
Despesas com serviços de terceiros	(5.083)	(12.913)
Taxas regulatórias	(12.252)	(4.163)
Outras despesas	(3.305)	(848)
	(37.909)	(27.337)
Despesas gerais e administrativas	(37.909)	(27.337)
	(37.909)	(27.337)

6.2 Outras despesas, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Amortização do direito de uso	(98.169)	(40.544)
Outros	(926)	-
	(99.095)	(40.544)

A depreciação dos ativos de direito de uso está sendo apresentada em “Outras despesas operacionais” enquanto a empresa não está gerando receitas, por estar em fase préoperacional.

6.3 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber).

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(12.544)	-
Amortização dos gastos de captação	(2.753)	-
Fianças e garantias sobre dívidas	(473)	-
	(15.770)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	9.070	2.600
	9.070	2.600
Custo da dívida, líquida	(6.700)	2.600
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre passivos de arrendamento	(212.849)	(118.326)
Despesas bancárias e outros	(479)	-
Juros de empréstimo capitalizados	10.632	-
Juros sobre mútuos	(41.130)	-
Juros sobre outras obrigações	(423)	(120)
	(244.249)	(118.446)
Resultado financeiro, líquido	(250.949)	(115.846)
Despesas financeiras	(260.019)	(118.446)
Receitas financeiras	9.070	2.600
Resultado financeiro, líquido	(250.949)	(115.846)

6.4 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Resultado Líquido do exercício	(256.049)	(121.260)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.959.629	179.153
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	<u>(0,13066)</u>	<u>(0,67685)</u>